UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

VILMA SANTOS OLIVEIRA

**O PROGRAMA ALFA E BETO E SUA RELAÇÃO COM
AS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA
ANÁLISE SOBRE A CONCEPÇÃO DOS DOCENTES
ALFABETIZADORES NO POVOADO LAGOA
REDONDA/ PORTO DA FOLHA**

SÃO CRISTOVÃO
2010

VILMA SANTOS OLIVEIRA

**O PROGRAMA ALFA E BETO E SUA RELAÇÃO COM AS
DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE
SOBRE A CONCEPÇÃO DOS DOCENTES
ALFABETIZADORES NO POVOADO LAGOA REDONDA/
PORTO DA FOLHA**

Trabalho apresentado para a avaliação da disciplina Monografia II do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe/ UFS, sob a orientação da Prof^a. Dra^a. Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus.

SÃO CRISTOVÃO
2010

O PROGRAMA ALFA E BETO E SUA RELAÇÃO COM AS DIRETRIZES
DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE SOBRE A CONCEPÇÃO
DOS DOCENTES ALFABETIZADORES NO POVOADO LAGOA
REDONDA/ PORTO DA FOLHA.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2010

PROF^a.DRA^a. Solange Lacks

PROF^a. DRA^a. Liana de Melo Torres

Aos meus pais, Ruth e Robério, e
minha Irmã Fernanda, Companheiros de
Jornada, minha força e minha fraqueza.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos meus pais Ruth e Robério, sem eles nada seria.

Aos meus irmãos Gabriel, Izadora e Fernanda, razões da minha vida.

As minhas tias e tios, por acreditarem em mim.

A minha avó Lourdes (*in* memória), sem a qual não teria chegado até aqui.

A minha querida orientadora e professora Sônia Meire que pacientemente me orientou sempre com muito carinho e teve um papel fundamental no meu trabalho.

E a todas as minhas amigas e amigos que sempre me deram forças.

Em especial a minha amiga Ana Tereza que esteve todo tempo ao meu lado e a minha querida amiga Cibelle que durante minha pesquisa não hesitou em me ajudar.

Sem vocês não teria coragem de enfrentar o mundo de maneira mais sutil. De formas diferenciadas todos me fortaleceram, cada um ao seu modo e no seu âmbito de atuação me ajudou imensamente. A todos a minha gratidão, obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem como tema o Programa “Alfa e Beto” e sua relação com as Diretrizes de Educação do Campo: Uma análise sobre a concepção dos docentes alfabetizadores no Povoado Lagoa Redonda/ Porto da Folha. Com o objetivo de tentar entender se essas políticas estruturadas, por meio de Programas, estão de acordo com a realidade dos alunos e professores inseridos no campo. A metodologia adequada para alcançar esse objetivo foi uma pesquisa qualitativa, a partir de uma análise documental dos materiais e uma pesquisa de campo, realizada com professoras de duas escolas do povoado que trabalham no ensino fundamental nos anos iniciais, onde essas escolas estão inseridas o Programa “Alfa e Beto”. Para seguir com meu objetivo, alguns referenciais foram importantes para ajudar na compreensão sobre o que eu realmente queria pesquisar, um deles foi Arroyo (2004), que trabalha com a Educação do Campo demonstrando o valor e a cultura de cada povo que está inserido no campo, mostrando o direito que o homem do campo tem à educação. Speyer (1983) e Torres & Jesus (2008). Ao final da pesquisa pude identificar que o discurso de Educação do Campo, das professoras entrevistadas segue uma linha neoliberal, na qual o indivíduo é responsável pelo seu sucesso ou insucesso na vida, numa lógica de que as oportunidades são para todos. As concepções de educação que as professoras têm, seguem a mesma lógica do Programa “Alfa e Beto” que entende a alfabetização como uma questão de métodos. Por isso, a prática docente está de acordo com o Programa, ao contrário do que acontece com a realidade das crianças. Acredito que essa situação precisa ser transformada, através de incentivos a cursos de formação continuada, por exemplo, no qual os professores pudessem rever suas práticas.

PALAVRAS-CHAVE: ALFABETIZAÇÃO. CONCEPÇÃO E PRÁTICA DOCENTE. PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO. EDUCAÇÃO DO CAMPO.

ABSTRACT

This work has as its theme the program "alpha and Beto" and its relationship with the field Education guidelines: an analysis on the design of teachers' homes in the village Lagoa Redonda/Porto da Folha. With the goal of trying to understand if these policies structured through programs conform to reality of pupils and teachers entered into the field. The appropriate methodology for achieving this goal was a qualitative research from a documentary review of materials and a field research, held with teachers of two schools of the town who work in the elementary school in the early years, where these schools are entered the program "alpha and Beto". To follow with my goal, some benchmarks were important to assist in understanding what I really wanted to search, one of them was Arroyo (2004), which works with the Education field demonstrating the value and culture of every nation that is inserted in the right field, showing that man has the education field. Speyer (1983) and towers and Jesus (2008). At the end of the search could identify that the speech field, education of the teachers interviewed follows a neoliberal line, in which the individual is responsible for its success or failure in life, a logic that opportunities are for everyone. Conceptions of education that teachers have, follow the same logic of the Program "alpha and Beto" that understands the literacy as a matter of methods. Therefore, the teaching is according to the programme, in contrast to the reality of children. I believe this situation needs to be transformed, through incentives for continuing training courses, for example, in which teachers could review their practices.

KEYWORDS: LITERACY. DESIGN AND TEACHING. LITERACY PROGRAMMES. EDUCATION IN THE FIELD.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
APRESENTAÇÃO	09
CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO E DO CAMPO...	13
I.1 ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO.....	17
I. 2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	19
CAPÍTULO II: O PROGRAMA “ALFA E BETO’ COMO PROPOSTA DE ALFABETIZAÇÃO PARA O CAMPO E A CIDADE	22
CAPÍTULO III: A CONCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE O PROGRAMA “ALFA E BETO” E A EDUCAÇÃO DO CAMPO	28
III.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	28
III.2 QUESTÕES COM AS PROFESSORAS.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	39
ANEXOS	40

APRESENTAÇÃO

Desde muito cedo despertou em mim a vontade de fazer um trabalho voltado para o campo, mesmo antes de estar no curso de Pedagogia. Não sabia exatamente a área para desenvolver a pesquisa, pois a zona rural é bastante desfavorecida em vários aspectos como: a educação; a saúde; o transporte, entre outros. Ao ingressar no curso de pedagogia passei a estudar a educação e me interessei pelas escolas do campo, pois elas historicamente vêm sendo tratadas com descaso, estando sujeitas sempre a adaptações. Não existia e não existem ainda políticas públicas estruturantes de uma educação voltada para as pessoas do campo, envolvendo suas culturas e trabalhando de acordo com suas realidades. Entendo como cultura as suas crenças, artesanato, a medicina popular, os modos de organização da agricultura familiar e tudo que mobiliza e motiva as pessoas que vivem no campo. De acordo com Speyer:

o ambiente cultural em que cada pessoa se encontra assemelha-se ao ar que em tudo penetra: é a língua usada, são os costumes sociais aceitos, são as estruturas mantidas por esforços ou por condescendência. Essa “assimilação” traz consigo, ainda que de maneira subliminar, a adoção de uma série de atitudes: em relação à família, ao trabalho, à autoridade, à propriedade, à estrutura social, enfim, a toda a realidade. (1983, p.79)

Através do meu contato com as professoras do Povoado Lagoa Redonda no município de Porto da Folha-SE, observando empiricamente o desfavorecimento em que a educação do meio rural se encontra, seja por falta de interesse do município, ou do Estado, ou ainda, dos próprios professores que estão desmotivados a trabalhar e por isso, muitos apenas seguem as ordens que vem da direção e da secretaria de educação sem questionar, entendendo que não há outra escolha a fazer além de obedecer.

O meu contato com as professoras das duas escolas do povoado me fez ver que todas trabalham a alfabetização com o Programa “Alfa e Beto”. Tive a oportunidade de ouvir opiniões divergentes acerca do referido Programa. Algumas professoras acreditam e apostam no Programa, entendendo que este é o caminho

para reverter à situação da educação no campo, enquanto outras estão totalmente desestimuladas por estarem trabalhando dessa maneira sem direito e nem autonomia. Por isso, passei a me interessar por essa temática para entender melhor qual a opinião que essas professoras possuem sobre o Programa na sua relação docente com a aprendizagem dos estudantes, principalmente, porque atuam no meio rural com inúmeras dificuldades e com uma diversidade de sujeitos.

A educação do meio rural merece ser tratada de forma diferenciada, envolvendo e valorizando a infância da criança do campo que é bem diferente da infância de crianças da área urbana, mas não significa dizer que é uma infância desfavorecida, pois elas aprendem a trabalhar logo cedo ajudando no sustento de sua família, têm uma relação de contato mais direto com a natureza, além de seus costumes do cotidiano que são bastante diferenciados e, dessa maneira, já crescem entendendo o seu contexto, valorizando a sua terra, a sua cultura e o seu povo. Por isso, necessitam de uma educação diferenciada e não de uma receita pronta. Para Arroyo (2005), é preciso que aconteça:

uma política pública que parta dos diferentes sujeitos do campo, do seu contexto, sua cultura e seus valores, sua maneira de ver e de se relacionar com o tempo, a terra, com o meio ambiente, seus modos de organizar a família, o trabalho, seus modos de ser mulher, homem, criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso; de seus modos de ser e de se formar como humano. (p.14)

Os professores da área urbana estão sempre em vantagens, pois as políticas públicas têm o urbano como uma referência, ainda que tenham problemas. As escolas do campo ficam em desvantagens em vários aspectos, tais como: os materiais didáticos que nunca chegam, infra-estrutura inadequada, salas multisseriadas, professores sem incentivos a cursos de formação continuada, a dificuldade de acesso devido à própria localização e o precário sistema de transporte. Além disso, o número de analfabetos e de defasagem escolar no campo é bastante significativo. As políticas públicas que chegam até o campo em sua maioria, já estão sendo desenvolvidas há mais tempo na zona urbana, mostrando assim mais uma vez, o desfavorecimento com a área rural. ARROYO e outros autores afirmam que:

há uma tendência dominante em nosso país, marcado por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo como a parte atrasada e fora de lugar no almejado projeto de modernidade. No modelo de desenvolvimento, que vê o Brasil apenas como mais um mercado emergente, predominantemente urbano, camponeses e indígenas são vistos como espécies em extinção. Nesta lógica, não haveria necessidade de políticas públicas específicas para estas pessoas, a não ser do tipo compensatório à sua própria condição de inferioridade e /ou diante de pressões sociais. A situação da educação no meio rural hoje retrata bem esta visão. (idem, 2004, p.21)

Talvez essa situação tenha se agravado porque as escolas rurais não foram institucionalizadas pelo Estado, como se fez na cidade, por conta de um modelo econômico que, historicamente identifica o campo apenas como o lugar da reprodução econômica. Além disso, a educação básica era destinada, até as primeiras décadas do Séc.XX, a uma pequena quantidade de pessoas privilegiadas, apesar de o Brasil ter se constituído com base econômica agrícola. Todos esses fatores contribuíram bastante para o fracasso das escolas rurais.

Observando a realidade das escolas onde os professores atuam no povoado Lagoa Redonda, as condições de aprendizagem dos estudantes e o material do Programa, iniciei pela seguinte indagação: *será que essas políticas estruturadas por meio de Programas estão de acordo com a realidade dos alunos e professores inseridos no campo?*

Para tentar responder a essa pergunta, estruturamos a pesquisa a partir dos seguintes objetivos:

- Analisar a compreensão que os professores possuem sobre o programa “Alfa e Beto” e a sua relação com a educação do campo. Para responder a essa questão, foi necessário identificar através dos materiais do Programa a existência de elementos que tratam da realidade dos estudantes do campo e discutir sobre a compreensão de Educação do Campo a partir da prática docente.

A metodologia adequada ao alcance dos objetivos foi a de uma pesquisa qualitativa, a partir de uma análise documental e da pesquisa de campo, realizada nas duas escolas do povoado que trabalham no ensino fundamental nos anos iniciais, inseridos no Programa “Alfa e Beto”. A análise documental foi realizada por meio dos materiais do Programa.

Essa pesquisa é relevante na medida em que nos últimos quatro anos, este Programa tem sido uma referência nas escolas e, ao mesmo tempo, os índices

educacionais continuam sendo baixos, tanto no campo, quanto na cidade. Ao mesmo tempo, analisar os Programas na realidade do campo pode contribuir para ampliar as pesquisas em territórios pouco explorados, ou abandonados como campo de pesquisa em educação.

O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro trata da educação e alfabetização no contexto do capitalismo, com o intuito de entender como se dá o processo histórico da educação, além de abordar o tema das Diretrizes, para entender a proposta que ela sugere para a Educação do Campo. O segundo trata da proposta de alfabetização do Programa “Alfa e Beto”, com o objetivo de analisar essa proposta e verificar se ela está de acordo com as propostas das Diretrizes de Educação do Campo, e com a realidade dos estudantes que estão inseridos no campo. O terceiro capítulo vai tratar da concepção dos docentes sobre o Programa “Alfa e Beto” e a educação do campo, através da análise da pesquisa. E por fim, as considerações finais que apontará alguns elementos que consideramos importante para transformar essa realidade.

CAPÍTULO I

Educação no contexto do capitalismo e do campo

O modelo de desenvolvimento capitalista está pautado pela lógica da exploração e do lucro. O homem vende a sua força de trabalho ao capitalista para receber o salário que o ajudará a possuir seus meios de subsistência seja: a sua alimentação; vestimentas; lazer; educação, etc. Enquanto que o capitalista recebe o seu lucro através dessa exploração feita ao trabalhador, que ao final de cada mês receberá uma quantia (salário) pela sua força de trabalho. Para Marx (1980) “[...] Sempre o trabalhador adianta, pois, ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; ele deixa o comprador consumi-la antes de ter recebido seu preço. Sempre, pois o trabalhador dá crédito ao capitalista” (p.33).

O trabalhador através da sua força de trabalho gera a mais-valia. Esta por sua vez, é o lucro que o capitalista recebe através dessa força de trabalho. De acordo com Marx (1980):

a mais valia é produzida pelo emprego da força de trabalho. O capital compra a força de trabalho e paga, em troca, o salário. Trabalhando, o operário produz um novo valor, que não lhe pertence, e sim ao capitalista. [...] O novo valor que ele produza agora, e que passa então ao montante do salário, se chama mais-valia. (p.54)

Dessa maneira as escolas devem preparar seus alunos para que se tornem capazes de servir ao mercado de trabalho, gerando lucros para as empresas na qual o trabalhador empenha-se no seu trabalho e não recebe nem a metade do lucro que a empresa gera, pois este lucro, por sua vez, concentra-se somente nos proprietários/capitalistas. De acordo com Rossi:

a escola capitalista prepara o trabalho que alentará o capital. Nunca o capital humano. Nada há menos “humanitário” que o pedagogismo conservador que faz da escola a fonte de “recursos humanos” (para a empresa capitalista) que “humanizarão”, isto é, darão vida aos instrumentos de produção, às máquinas, aos equipamentos, às fábricas, aos bancos (fábricas de juros), aos balcões do comércio (fábricas de lucros de intermediação), às empresas produtoras de serviços, aos computadores [...] de que nenhum trabalhador afinal é proprietário. Mas de que os capitalistas o são. E dará vida às escolas também, onde cada vez mais o professor é um operador de capitais de que não é proprietário também. (1943 p.38)

Isso implica dizer que, a escola se constrói com a finalidade de inserir seus alunos ao mercado para que esses possam vender sua força de trabalho e sua intelectualidade em troca do seu salário. Podemos identificar na atualidade, um exemplo muito claro dessa situação, na qual a escola é tida como a melhor quando tem a maior aprovação nos concursos e vestibulares, de preferências nos cursos de grandes reputações como é o caso das engenharias, medicina e direito. Essa força de trabalho vem sendo moldada historicamente, a depender do avanço do capitalismo que altera as relações de trabalho. De acordo com Rossi,

com a gradativa evolução das relações sociais, as maiorias exploradas em lentas e árduas conquistas vão conseguindo mudar a fisionomia da dominação, enquanto os dominadores se apegam a seus privilégios que defendem, tentando perpetuá-lo. A dominação persiste, todavia, embora tenha de ser adaptada a novas circunstâncias, cada vez menos explícitas e mais sofisticadas. (1943, p.39)

A sociedade está organizada economicamente privilegiando determinadas camadas sociais que são as classes dos proprietários que detêm o poder, a minoria concentra-se com os meios de produção e o capital, numa lógica excludente e opressora. Dessa maneira, para eles fica muito fácil monopolizar os instrumentos de produção e seduzir as demais camadas a sua dominação e exploração. De acordo com Jacobi (1996), “[...] o quadro educacional hoje está determinado pelas transformações provocadas pelas novas tecnologias e pelas novas tendências na organização do trabalho” (p.43).

A concepção neoliberal¹ de educação nos impulsiona para a aceleração do ensino e da aprendizagem, comparando a escola com uma empresa, onde os alunos são tratados como clientes. Por se pensar em uma perspectiva neoliberal, é que hoje temos os grandes números de cursos de formação de professores sendo oferecidos na educação à distância, em que é voltada para uma formação mais rápida, prática e utilitária. Acreditando que os futuros docentes não necessitam de uma formação política, filosófica e humanística, apenas de práticas que são vistas através dos computadores.

Antigamente os trabalhadores tinham apenas uma função nas fábricas e somente fazia ela. Para ilustrar melhor, tomarei como exemplo uma fábrica de sapatos onde um operário faz o solado, o outro o design, o outro os cadarços, etc. Dessa maneira cada um só poderia exercer uma única função, de forma que, se um operário faltasse naquele dia ao trabalho, à produção também poderia parar. Com o avanço da tecnologia passou-se a viver a era da polivalência, e da multifuncionalidade. Esta por sua vez, contradiz esse sistema, e os operários vão sendo especializados através dos cursos técnicos em várias funções, para que na falta de algum deles, qualquer um possa substituí-lo ou até mesmo, um único operário exerça atividades que antes eram praticadas por vários funcionários.

Se observarmos as exigências do mercado pode-se verificar o grau de flexibilidade exigido, a exemplo do cargo de secretária, pois há alguns anos a secretária era considerada qualificada quando sabia datilografar, arquivar e fazer anotações. Porém, nos anos 80, e mais fortemente a partir dos anos 2000, uma secretária é considerada qualificada quando é capaz de falar mais de uma língua, sabe lidar com o público, tem curso de informática, além da boa aparência que conta bastante no momento da seleção. E é nesse modelo capitalista, que precisam criar/formar o aluno, para que ele seja capaz de exercer essa flexibilidade.

Para Bruno (1996) “[...] o que se verifica com os trabalhadores polivalentes ou multifuncionais é o acúmulo de tarefas a serem desempenhadas e a condensação da jornada de trabalho. [...] Assim, hoje só há lugar no mercado de trabalho, para aqueles que são capazes de aprender continuamente” (p.115). Isto é, pessoas flexíveis.

¹ Neoliberalismo: doutrina econômica que defende a absoluta liberdade de mercado, e restringe à intervenção estatal sobre a economia, só devendo ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo.

Além da força física que é explorada, também são exploradas as forças intelectuais do trabalhador. Inicialmente, a qualificação estava ligada apenas a força física e a trabalhos manuais cada vez mais aprimorados, mas com o avanço da tecnologia, a exploração intelectual tem aumentado. Bruno (1996) “[...] afirma que em termos históricos e em linhas muito gerais, desde que o capitalismo começou a desenvolver-se em vastas regiões do mundo, foi-se percebendo e ganhando destaque os componentes intelectuais e assim explorados e desenvolvidos”. (p.92) Ainda de acordo com Bruno (1996),

este deslocamento do foco da exploração, do componente muscular para o componente intelectual do trabalho, encontrando viabilidade técnico-operacional na chamada Tecnologia de Informação (microeletrônica, informática e outras técnicas afins), que tem a virtude de possibilitar processos de trabalho mais integrados e flexíveis, e nas formas sistemáticas de organização do trabalho, que pressupõem competências antes desprezadas, como a facilidade de comunicação, de compreensão de textos, de raciocínio abstrato, enfim, de competências sociais, como as denominam os alemães. (p.92)

É nessa mesma linha da lógica capitalista no contexto neoliberal, que a educação escolar também se modifica, pois, sendo ela instituída pelo Estado para atender as necessidades do capital, reduz as suas ações ao atendimento do mercado de trabalho.

O neoliberalismo incentiva a lei do livre comércio, disseminando a idéia de que as oportunidades de emprego são para todos, tendo o indivíduo como o responsável pelo seu sucesso ou insucesso. Na prática, essa lógica individualista influencia ideologicamente os trabalhadores que, na maioria das vezes, acreditam ser verdade o sucesso para todos. A educação é uma estratégia utilizada pelo sistema para inculcar valores e informações necessárias às adaptações, à lógica do mercado. Os Programas educacionais em sua maior parte, a exemplo, do “Alfa e Beto” partem da premissa que o sucesso escolar depende dos indivíduos, e não das condições educacionais e de organização no mundo do trabalho.

Para garantir o direito à educação, criam-se Programas que seguem no contexto neoliberal (aligeiramento do ensino e redução do Estado). Estes Programas colocam a responsabilidade do ensino-aprendizagem dos alunos nos professores, alegando que a base da educação que é a alfabetização, é vista com sucesso na

medida em que o professor sabe escolher e aplicar o método de alfabetização correto, e por isso, se existem analfabetos no país, foi por que o professor “errou” no momento da escolha e da execução do método. E assim, o Estado abre mão da sua responsabilidade.

Tendo em vista que uma boa parte da população brasileira ainda é considerada analfabeta – cerca de 16 milhões de analfabetos – os governos entendem que é preciso reverter esse quadro através de projetos que sejam rápidos, práticos e que possa atingir uma grande parte da população brasileira.

As escolas foram criadas e os alunos matriculados, mas para que aconteça de fato o processo de ensino-aprendizagem, apenas esses componentes não bastam, é preciso que existam professores preparados, qualificados e bem remunerados, infra-estrutura adequada, salários dignos aos profissionais da educação, merenda de qualidade para os alunos. Todos esses fatores influenciam para o bem estar do aluno e a sua permanência no ambiente escolar. Já que não basta apenas criar a escola, é preciso viabilizar mecanismos para que o aluno tenha condições de continuar a sua aprendizagem.

I. 1 ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

Alfabetização é a maneira de se transportar o que a criança aprendeu a falar para a escrita, desenvolvendo assim a sua comunicação, ou seja, um processo de aquisição da língua escrita pela criança no processo de escolarização regular. De acordo com Cagliari, (2006) um dos objetivos da alfabetização é ensinar a escrever. Ainda para o mesmo autor (1998), o segredo da alfabetização é a leitura, é ensinar o aluno como decifrar a escrita. Dessa maneira, pode-se dizer que a alfabetização tem como objetivo auxiliar a criança a desenvolver suas habilidades de leitura e escrita, num processo de construção do conhecimento.

A comunicação está em todos os lugares e em diversas formas. Ela se inicia quando a criança começa a se comunicar através do choro e do sorriso para relatar aos seus pais que está com sede, com fome, com sono, se está alegre ou triste etc. Enfim, para evidenciar suas necessidades e emoções.

A criança como um sujeito cognoscente, começa a ser alfabetizada desde muito pequenina, pois ela cresce num contexto alfabetizador onde se observa a leitura e escrita em todos os lugares, na televisão, nos rótulos dos brinquedos, na etiqueta da roupa, na caixa do seu sapato, nas ruas, enfim, em todos os arredores. Ferreira & Teberosky citando Piaget (1999) denominam de sujeito cognoscente:

aquele que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca [...] é um sujeito que aprende basicamente através de suas próprias ações sobre os objetos do mundo e que constrói suas próprias categorias de pensamento ao mesmo tempo em que organiza seu mundo. (p.29)

A criança é esse sujeito que constrói suas idéias, sem necessariamente ter freqüentado uma escola antes, pois é evidente que ela já tenha vivido experiências de leitura e escrita, anteriores a escolarização embora, seja diferente entre as crianças das classes médias e altas, e das crianças menos favorecidas. Porém, em um modo geral, é possível afirmar que todas as crianças já tiveram a oportunidade de refletir sobre a escrita. Dessa maneira, é pertinente indagar se, é preciso ter um contato direto somente aos 6 anos de idade com uma professora para que a criança possa compreender o universo da leitura e da escrita?

Essa pergunta nos chama atenção para os métodos de alfabetização, no qual se designa uma receita para se alfabetizar, carregando um conceito de que a má preparação da criança na alfabetização é apenas uma questão da escolha do método. É o caso dos métodos tradicionais analíticos e sintéticos.

No primeiro caso, os criadores acreditam que é possível propiciar a aprendizagem da criança partindo do todo para as partes. De acordo com este método, em primeiro lugar, é preciso ter o reconhecimento global das palavras ou das orações e posteriormente, se faz a análise dos componentes. Enquanto que o segundo método estabelece as correspondências a partir dos elementos mínimos, num processo que consiste em ir das partes para o todo. Ferreira & Teberosky (1999),

“[...] explicam que ao se apoiarem nesses métodos, os educadores acabam esquecendo-se de dois pontos cruciais importantes para o verdadeiro sucesso da alfabetização. São eles: a competência lingüística da criança e suas capacidades cognitivas”. (p.54)

A criança desenvolve um aprendizado no seu dia a dia, que vai além da questão de métodos. A alfabetização vai, aos poucos, ganhando espaço na vida da criança e sempre a surpreendendo independente do contexto social em que vivem.

A criança tem o seu mundo, sua leitura e suas razões de pensar desse jeito, por isso, é necessário que ao chegar à alfabetização, o professor não imponha um modelo padrão de escrita ou de leitura, tudo tem que ser feito através de um processo no qual se coloque em jogo, antes de qualquer coisa, o conhecimento que a criança já traz respeitando sempre as particularidades de cada criança.

No entanto, pode-se identificar que nas aulas de alfabetização, quando se trabalha com Programas a exemplo do “Alfa e Beto”, os professores ficam sujeitados a trabalharem de modo que os alunos sejam capazes apenas de decodificar, ou seja, ao final do ano letivo o aluno deverá essencialmente saber ler, ainda que seja uma leitura mecânica.

Esse tipo de situação poderá afetar o desenvolvimento da criança, pois ela acaba sendo submetida a uma leitura e escrita mecânica sem sentido, tornando-se fortes candidatos a não leitores. E ainda não encontra motivo algum em tudo aquilo que fazem na escola, mas sabem que precisam fazer, pois devem obediência à professora. Dessa maneira, as aulas de alfabetização vão sendo executadas como um processo mecânico, visando apenas à ortografia e a soletração, sem que a criança tenha o direito de compreender o que está lendo e escrevendo e nem porque está fazendo tudo aquilo. Para a criança, a alfabetização perde seu sentido.

I.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Dentre as políticas desenvolvidas pelas redes municipais e estaduais de ensino, está à aquisição de Programas ou “pacotes” elaborados pela rede privada, que como já citamos, o “Alfa e Beto” é um deles. Este parte da necessidade de

compensar a deficiência da leitura e escrita apresentadas pelos alunos das escolas da rede pública.

O referido programa está disponível para ser aplicado em escolas do meio rural e das cidades. No entanto, há um movimento denominado: Movimento de Educação do Campo², que começa a surgir em 1990, mas ganha força a partir de 1997 com o “1º Encontro Nacional de Educadores (as) da Reforma Agrária”, realizado em Julho de 1997 na Universidade de Brasília, que exige uma educação diferenciada no meio rural. A partir desse movimento, foram criadas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, essa implementação é um compromisso assumido pelo Governo Federal.

A orientação estabelecida por essas diretrizes, no que se refere às responsabilidades dos diversos sistemas de ensino com o atendimento escolar sob a ótica do direito, implica o respeito às diferenças e a política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão. Nessa mesma linha, o presente parecer, provocado pelo artigo 28 da LDB, propõe medidas de adequação da escola à vida do campo. (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica na Escola do Campo, p.4)

Essas diretrizes defendem uma educação que esteja voltada para as pessoas que moram no campo. Uma educação de qualidade, com materiais adequados e que esteja sempre condizendo com tudo que as pessoas do campo convivem, respeitando as suas diversidades.

A educação do Campo identifica-se pela diversidade de seus sujeitos que estão presentes, e dentre os traços marcantes, está às lutas, as organizações, a cultura e os movimentos sociais. Por isso, essa Educação precisa estar lado a lado com essas questões que são muito importantes para a realidade das pessoas do Campo. A identidade desses sujeitos deve ser valorizada, pois assim é possível enfrentar os problemas e as lutas de modo que os mesmos estejam sempre prontos a reivindicar, lutar pelos seus direitos e vencer. Visto que é um traço marcante na história dos sujeitos do campo, a sua garra e determinação para batalhar por tudo aquilo que para eles faz sentido e os mobilizam.

² Movimento de Educação do Campo: É estruturado por movimentos sociais, universidades para implementar políticas públicas de educação para todos os sujeitos do campo, relacionando a educação às questões agrárias brasileiras e, as possibilidades de vida no campo. A Educação do Campo contraria a lógica de que o meio rural é atrasado e devem ser vistos apenas como produção econômica. Para a Educação do Campo, o meio rural é lugar de VIDA.

Assim, a escola tem um papel fundamental para que seja possível acontecer a construções de valores dessa natureza. Para Caldart (2004) “[...] Educar é ajudar a construir e a fortalecer identidades; desenhar rostos, formar sujeitos. Isso tem a ver com valores, modo de vida, memória, cultura”. (p.42)

De acordo com as Diretrizes:

a instituição de diretrizes resulta das reivindicações históricas e mais acentuadas na última década, por parte das organizações e movimentos sociais que lutam por educação de qualidade social para todos os povos que vivem no e do campo, com identidades diversas, tais como, pequenos Agricultores, Sem Terra, Povos da floresta, Pescadores, Quilombolas, Ribeirinhos, Extrativistas, Assalariados Rurais. (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica na Escola do Campo, p.2)

Para Fernandes, citado em ‘Por uma Educação do Campo’ (2002), “[...] A aprovação das Diretrizes representa um importante avanço na construção do Brasil Rural, de um campo de vida onde a escola é espaço essencial para o desenvolvimento humano”. (p.91) Sem dúvida, elas surgem como uma vitória para aqueles que acreditam na Educação do Campo, e entendem que o campo e a cidade se completam e por isso precisam ser compreendidos como espaço geográfico, singular e plural, que por isso suas diferenças precisam ser respeitadas.

Assim, para analisar se existem as adequações dentro do Programa “Alfa e Beto” que as Diretrizes propõem para as escolas do campo é que vamos estudar e verificar as propostas e os materiais do Programa a partir do segundo capítulo.

CAPÍTULO II

O Programa “Alfa e Beto” como proposta de alfabetização para o campo e a cidade

O programa foi implantado em 2005 nas escolas públicas da rede estadual, inicialmente em 103 turmas de 1ª série e três turmas básicas (crianças de 6 anos). Com o objetivo de ensinar a leitura e a escrita das crianças, focando principalmente na leitura. O Programa encontra-se sobre a autoria de João Batista Araújo e Oliveira³. Para exercer as atividades, o Programa já disponibiliza materiais em seu pacote. Ao professor, resta a habilidade que ele precisa para desenvolver as atividades durante as aulas. Oliveira (2008) afirma que,

uma das características dos professores eficazes é a habilidade para fazer a transição entre cada atividade, usando pequenos cortes, músicas, atividades lúdicas ou físicas, de forma a marcar a transição ao mesmo tempo em que propicia um momento de relaxamento e preparação. (p.392)

As avaliações recebem o nome de testes, e são feitas pelos supervisores do Programa que precisam está capacitados para este fim. Além dos testes, o Programa ainda disponibiliza o uso de caligrafias, ditados e redação de pequenos textos.

O programa concentra-se na linha dos métodos sintéticos (das partes para o todo) que é bastante indicado nas cartilhas. De acordo com Oliveira (2008) “[...] O método comprovadamente mais eficaz é denominado método sintético, associado ao ensino sistemático e direto das relações fonema-grafema” (p.159). O termo METAFÔNICO é utilizado pelo Programa, de modo que: Meta está ligada a metacognição que são estratégias para que o aluno aprenda a aprender, que se refere ao pensar sobre o próprio pensar, de forma reflexiva e consciente. (Oliveira &

³ João Batista de Araujo e Oliveira, professor e psicólogo com PhD em Educação.

Chadwick: 2008, p.38). E o fônico, aposta no ideal para o aprendizado partindo do fonema para o grafema.

A proposta pedagógica do Programa se apóia em quatro pilares⁴:

- Compromisso com o sucesso do aluno
- Paradigma científico predominante: a Psicologia Cognitiva da Leitura
- Princípios pedagógicos
- Concepção do ensino da língua

O objetivo do Alfa e Beto é demonstrar ao final do Programa, a capacidade do aluno de ler e escrever adequadamente, de maneira que, ele possa continuar sua trajetória escolar com êxito. De acordo com o Instituto Alfa e Beto (IAB), o Programa oferece uma abordagem integrada e sistemática para apoiar o trabalho dos professores, escolas e sistemas de ensino na área da alfabetização de crianças no Ensino Fundamental.

O material é composto de quatro livros, distribuídos em duas unidades: Livro 1 e 2 (português) - Unidade I; livro 3 e 4 (matemática e ciências) - Unidade II. Além do manual da consciência fonêmica, o livro gigante a agenda do professor e os minilivros. (Torres & Jesus, 2008)

O Programa oferece ao professor⁵:

- O Manual de Orientação, onde ele encontra todas as informações pedagógicas e práticas para usar os materiais do programa. O manual contém ainda um modelo de Plano de Trabalho, para cada quinzena, com sugestões concretas para a organização dos Blocos de Atividade para cada dia de aula.

- A Agenda do Professor, onde ele registra e planeja suas atividades e acompanha o progresso de seus alunos.

- Capacitação, que é ministrada pela equipe da Secretaria de Educação.

- Vídeos, que demonstram cada tipo de atividade na prática pedagógica.

Para Oliveira (2008), “[...] O programa Alfa e Beto apresenta sugestões que podem ser utilizadas como subsídios para a elaboração de programas de ensino, propostas pedagógicas, planos de curso e planos de aula”. (p.389)

No exemplo dessas sugestões está a maneira como o professor deverá dirigir as suas aulas. Na unidade I as atividades no cotidiano da sala de aula estão

⁴ Fontes extraídas do IAB. Instituto Alfa e Beto.

⁵ Fontes extraídas do IAB. Instituto Alfa e Beto.

distribuídas da seguinte maneira: acolhida; familiaridades com os livros e metalingüística; consciência fonêmica; caligrafia; projetos; outras atividades-complementação de atividades que ficaram incompletas; e por fim o dever de casa.

Enquanto que na unidade II, as atividades vão se diferenciando em alguns aspectos: acolhida; leitura, vocabulário e compreensão de textos; decodificação; desenvolvimento da escrita; caligrafia; fluência de leitura; decodificação: ditado, matemática ou ciências e correção do dever de casa e por fim a leitura: vocabulário e compreensão.

Dessa maneira se torna possível identificar no Programa um controle das aulas, na qual o professor recebe o material e apenas poderá executá-lo. Mas o Programa garante que o professor poderá acrescentar em suas aulas mecanismos que podem ser importantes na hora da aprendizagem. Porém se torna quase impossível, visto que os professores tem data marcada para concluir os conteúdos, e assim não há tempo para outras atividades que venham a auxiliar os alunos que não conseguem acompanhar o ritmo que o Programa propõe.

Além dessas sugestões que o Programa propõe, ele também disponibiliza alguns livros destinados apenas aos professores. Como é o caso do livro *Aprender e Ensinar* que apresenta alguns princípios e conceitos básicos sobre aprendizagem. Mas o autor João Batista reforça que são apenas sugestões e não uma receita pronta.

Este é um livro prático. É escrito por professores para professores. Seu objetivo é ajudar os professores a compreender o processo de aprendizagem e usar esse conhecimento para planejar, ministrar e avaliar suas aulas e o progresso de seus alunos. Um livro prático, no entanto, não é um livro de receitas. O professor precisa conhecer alguns princípios e conceitos básicos sobre aprendizagem para usá-los de forma prática. (Oliveira & Chadwick 2008, p.13)

O Programa dispõe de alguns métodos utilizados para o ensino das diferentes competências como:

- Decodificação
- Leitura
- Escrita
- Familiaridade com livros e Letras

- Compreensão de textos
- Expressão Oral

O conteúdo do Programa é baseado principalmente no português, com algumas direções para a matemática e ciências. É essencialmente construído por leituras mecânicas, além disso, não traz nenhuma leitura que faça referência à realidade do campo, o que se identifica são apenas algumas figuras que podem ser vistas no campo como, por exemplo, milho, vaca, cavalo, etc., porém, elas se apresentam descontextualizadas, sem nenhum sentido, apenas figuras soltas.

As lições são feitas no livro, e estão pautadas na leitura e escrita. Ao analisar as lições, pudemos identificar palavras “agressivas” para se trabalhar com uma criança como, por exemplo, a palavra **doida** na frase: *Nina é uma menina doida*. Esse tipo de situação já foi identificado por alguns autores, que analisando também as atividades do programa “Alfa e Beto” observaram frases que trazem formas de preconceitos. Como é o caso de Torres & Jesus (2008), “[...] As crianças percebem, e nós desaprovamos toda forma de preconceitos, todo maniqueísmo, que tendem a impor ao aprendiz significados sobre o mundo social.” (p.18)

Além disso, os textos são escritos sem o menor sentido, criados apenas para a criança mecanicamente conseguir soletrar. Dessa maneira é possível afirmar que os textos não instigam na criança o gosto pela leitura. Segundo Cagliari 1988, citado por Torres & Jesus 2008, “[...] esse tipo de texto é escolhido pelos professores porque têm preconceito quanto à capacidade de compreensão dos alunos” (p.19). Os professores visam apenas à imaginação, à fantasia que a criança possui, mas acabam subestimando a inteligência que ela tem.

De acordo com Torres & Jesus (2008), “[...] Este método tem sido caracterizado pelos pesquisadores, a exemplo de Cagliari (1988), como ideal para a formação do não leitor” (p.19). Pois dessa maneira, as crianças aprendem apenas a soletrar, mas não conseguem compreender o que está lendo tornando-se assim o não leitor. Como já foi citado mais acima, além das escritas e leituras meramente mecânicas, o Programa também faz uso das tomadas de decisões que o professor deverá aplicar.

Ao final de alguns livros como o *Letras e Formas* volumes I e II vêm uma ficha de acompanhamento e controle contendo o mês, o dia e as páginas que o

professor passou o dever de casa, na tentativa de manter um controle das atividades.

Por ser um Programa que já chega às mãos dos professores com o seu esquema definido, com data marcada para as avaliações que, são feitas por supervisores e não pelos professores, essa situação impede que se coloque em prática toda teoria adquirida pelo professor e que se trabalhem métodos diferenciados de acordo com as necessidades dos seus alunos, uma vez que cada criança tem o seu momento de aprendizagem e não podem ser alfabetizada com uma receita pronta na qual, todas aprendem na mesma hora.

A aprendizagem deve ser contínua, porém respeitando os limites de cada criança. Carvalho (2005) afirma que, “[...] os ritmos de aprendizagem variam, as experiências anteriores dos alunos com a leitura e a escrita também” (p.16). Dessa maneira, é impossível que todos os alunos de uma turma sejam alfabetizados num mesmo período com os mesmos ritmos e com os mesmos métodos. Mas, segundo Torres e Jesus (2005), “[...] A rotina rígida propostas pelos Programas obriga o professor a não considerar o aluno também no que diz respeito aos seus interesses e necessidades” (p.30). Essa rotina rígida coage o professor a segui-la, sem que ele possa trabalhar com seu aluno respeitando os seus limites.

O Programa garante que através dos materiais disponíveis aos professores, com os conteúdos fundamentados, a capacitação e os métodos de ensino, é uma certeza de crianças saírem alfabetizadas nas primeiras séries do ensino.

Mas quando analisamos a prática, observamos outra realidade, o que existe são crianças analfabetas funcionais e muitos professores desesperados por não conseguirem acompanhar as exigências que o Programa recomenda, pois o Programa segue um padrão de ensino que não depende das particularidades dos alunos, visto que, para o “Alfa e Beto”, o método é o elemento decisivo para que o aluno aprenda a decodificar. Além disso, podemos identificar professores acreditando que o Programa de fato funciona e por isso desloca a culpa do fracasso escolar para os alunos e pais que não colaboram.

O “Alfa e Beto” não traz em seus materiais uma realidade voltada para a cidade, quando estiver sendo desenvolvido na cidade, e outra voltada para a realidade do campo, quando estiver sendo desenvolvido no campo. O que se percebe, é um único material que é distribuído em qualquer escola pública localizada

em qualquer lugar, sem o mínimo de relação com a identidade e o local em que os alunos estão inseridos. Pois, o Programa segue uma lógica de que não é a realidade do aluno que decidirá o sucesso da aprendizagem da alfabetização deles, e sim o método que está sendo executado. Portanto, a realidade dos alunos tanto da cidade como do campo se tornam abstrata.

A alfabetização deve ser trabalhada de forma diferenciada nas duas localidades assim como nas diferentes regiões do país, por conta das suas culturas e da maneira de falar que cada região apresenta. Deste modo, os dialetos da cidade não são os mesmos do campo que também não são os mesmo da região Sul e assim por diante. Por isso cada região tem seu estilo de expressar a língua portuguesa com as suas particularidades, e esses elementos precisam ser respeitados no momento da alfabetização. Não podendo existir um único padrão de ensino para todos os lugares, pois as necessidades variam entre as crianças visto que a tempo de aprendizagem delas não são iguais, como o Programa propõe, pois umas compreendem a leitura de forma mais rápida e outras, de maneira mais lenta, por isso precisamos respeitar esse tempo, além da variedade lingüística existente em cada região.

CAPÍTULO III

A concepção dos docentes sobre o Programa “Alfa e Beto” e a Educação do Campo.

A pesquisa de campo foi desenvolvida em duas escolas do povoado Lagoa Redonda situadas no município de Porto da Folha no estado de Sergipe. O povoado possui uma média de quatro mil habitantes, e a sua economia gira basicamente em torno da agricultura com a plantação, principalmente de feijão e milho e, da pecuária, mas existem também aquelas pessoas que saem do povoado para prestarem serviços nas cidades vizinhas como Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Canindé do São Francisco entre outras.

III.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A primeira instituição que denominarei de escola X conta com uma equipe de 7 professores atuando na educação fundamental, sendo que 5 atuam pela manhã e 2 pela tarde. Desses professores 2 possuem apenas o magistério enquanto os outros 5 passaram pelo ensino superior. A instituição atende uma média de 175 alunos no Ensino Fundamental e dentre esses alunos, 125 estão matriculados no Programa “Alfa e Beto” que corresponde a 5 turmas (1º ao 4º ano). A escola dispõe de 7 salas de aula; 1 cozinha; 1 biblioteca; e 1 sala de professores. A escola não possui refeitório e por isso, os alunos menores fazem sua refeição dentro da sala de aula enquanto que, os maiores ficam pelos pátios da instituição. Também a instituição não dispõe de laboratórios, salas de recursos e auditório. As reuniões de pais e mestres e outros eventos que a escola realiza são feitos dentro da sala de aula ou no pátio da escola. Também não conta com uma quadra de esporte, por isso a recreação e aulas de educação física são feitas em uma quadra que fica localizada na entrada do Povoado, sem ligação com a escola.

A segunda instituição denominarei de escola Y. Esta, conta com uma equipe de 7 professores atuando na Educação Fundamental. Desses professores, 3 possuem apenas o magistério, enquanto que os outros 4 passaram pelo nível superior. A escola tem uma média de 230 alunos no Ensino Fundamental, dentre esses alunos, 80 estão matriculados no Programa “Alfa e Beto”. Esse total corresponde a 3 turmas (1ª ao 3º ano). A instituição possui 6 salas de aula, 1 cozinha, não possui refeitório. Os alunos fazem suas refeições no pátio da escola, não possui sala de professores nem auditório. As reuniões de pais e mestres são realizadas no pátio, a escola também não tem quadra de esporte e os alunos praticam suas atividades físicas na mesma quadra que os alunos da escola X freqüentam.

Sobre o índice de distorção idade-série nas duas escolas, pode-se considerar muito baixo, segundo as diretoras, isso ocorre porque “*os alunos gostam de estudar e freqüentam a escola*”. Mas existe um caso na escola Y de um menino com 16 anos que está cursando a 2ª série. Com relação à reprovação, a informação foi que o índice também é baixo nas duas escolas. Segundo a diretora da escola X, “*de uns 3 anos para cá, as coisas tem melhorado*”. Também procurei saber sobre a questão da evasão escolar, e as diretoras me informaram que o índice é baixo. O caso só ocorre com frequência quando os pais conseguem emprego em firma de outros estados (fato comum na região) e por isso, pedem a transferência dos filhos.

Das entrevistas feitas com as direções das escolas, deu para observar que não há problemas que justifique a aquisição do Programa “Alfa e Beto”, desde quando este vem sendo destinado, principalmente para escolas onde há problemas na aprendizagem dos estudantes.

III. 2 QUESTÕES COM AS PROFESSORAS

A partir das informações já descritas, a pesquisa deu prosseguimento com as entrevistas das professoras das duas escolas.

Do universo de 14 professoras das duas escolas do povoado, entrevistamos 6, sendo 2 da escola Y e 4 da escola X.

As entrevistas foram divididas em 4 blocos de perguntas. No primeiro bloco as perguntas estavam direcionadas ao perfil das professoras, com perguntas do tipo: idade, tempo de profissão, grau de escolaridade, entre outras, com o intuito de identificar o perfil das professoras. O segundo bloco está referindo-se a opinião dessas professoras sobre a Educação do Campo, a fim de entender o que elas compreendem sobre essa educação, seus questionamentos, e suas angústias. O terceiro bloco refere-se ao Programa Alfa e Beto para saber qual a compreensão que as professoras possuem sobre o referido Programa. O quarto e último bloco está relacionado com a escola em sua parte física, contendo informações do tipo: quantidade de professores, quantos possuem nível superior, quantos alunos a instituição recebe, entre outras.

Foram entrevistadas 6 professoras que denominamos de professora 1, professora 2, professora 3, professora 4, professora 5 e professora 6. Com uma faixa etária entre 29 á 51 anos. Dessas, apenas 3 residiam no Povoado Lagoa Redonda, as outras 3 moravam em cidades vizinhas. Quanto ao tempo de profissão, a mais nova na área da educação possui 11 anos de experiência e a mais antiga na área tinha 32 anos. Com relação ao grau de formação apenas duas possuíam o magistério e por esse motivo, participaram do Proformação, as outras cinco, tinham nível superior em Pedagogia pela UVA, sendo uma pós-graduada e outra concluindo um curso de biologia pela Universidade Federal de Sergipe. Todas afirmaram que sua formação é suficiente para obter bons rendimentos na aprendizagem do aluno.

Quando questionei sobre a Educação do Campo perguntando se as professoras que estão inseridas no campo precisavam de melhores condições de trabalho todas afirmaram que sim, sendo que a professora 3 aponta a questão da falta de cobrança aos pais e professores, e a professora 5 diz que apenas a merenda precisa ser melhorada.

“Sim. Falta material escolar, mais capacitação para nós, salas adequadas e merenda de qualidade”. (Professora 1)

“Sim. Deveria se cobrar mais dos professores e dos pais. Falta a participação”. (Professora 3)

“Acho que só a questão da merenda que precisa ser melhorada, pois não vem todos os dias”. (Professora 5)

Quando questionadas sobre o que precisaria ser modificado para melhorar o ensino das escolas do campo, as professoras tocaram em vários pontos, e, 50% mencionaram a questão da falta de compromisso seja dos pais, dos alunos, dos professores e até mesmo dos governantes.

“Responsabilidade e respeito dos pais e filhos com a educação”.
(Professora 2)

“Mais cobrança, mais compromisso por parte dos professores, muitos fazem de qualquer jeito”. (Professora 3)

“Falta mais interesse dos governantes. Falta merenda, equipamentos, projetos. Na minha sala nem birô tem”. (Professora 4)

“Adaptar disciplinas voltadas para os alunos e os pais. Atividades para os alunos e pais dos alunos por ser uma área rural, falando da realidade deles”.
(Professora 5)

Comentando sobre o baixo nível de alfabetização dos alunos inseridos no Brasil e em maior parte nas áreas do campo, visto que cerca de 40% das pessoas entre 16 e 32 anos que moram e trabalham no campo são analfabetas, perguntei a quem eles atribuíam esses índices. Com o intuito de provocar uma reação de sentimentos e identificar neles onde está o problema. As respostas foram dadas responsabilizando os pais e os alunos.

“A falta de responsabilidade dos pais, pois o Estado ajuda inclusive com o bolsa família, falta agora a colaboração dos pais e ajuda da direção”. (Professora 1)

“A responsabilidade dos pais, porque muitos deles só querem que os filhos venham por causa do bolsa família. Por que o governo dá a assistência que pode, o que falta mesmo é a colaboração dos pais.” (Professora 2)

“Depende muito do comportamento do aluno e também pela falta de incentivo dos pais e as vezes alguns professores não se preocupam com a aprendizagem dos alunos”. (Professora 6)

Ao falar sobre os livros didáticos que são disponibilizados para rede pública das escolas do campo e em especial no Povoado Lagoa Redonda, perguntei se

esses livros eram qualificados, e se estavam condizendo com a realidade das crianças inseridas no Povoado e, 50% responderam que não, outras reclamaram da escolha que não era feita democraticamente, outra afirmou que os livros estão sim capacitados para seus alunos.

“Não. Os livros pra começar não éramos nós quem escolhia era um grupinho que fazia a escolha”. (Professora 1)

“Não, os textos são grandes e estão muito desenvolvidos para eles”.
(Professora 3)

“Sim, estão adaptados. Porque assim, é uma escola rural, do interior, mas também os alunos não podem deixar de ter contato com as outras realidades”.
(Professora 5)

Quando abordei as perguntas sobre o Programa Alfa e Beto, iniciei questionando como o referido Programa chegou até essas duas escolas. E as respostas foram as esperadas.

“Chegou em 2010. A diretora que pediu o projeto”. (Professora 4)

“Por imposição. Teve uma certa resistência de alguns professores para se implantar o programa por que ficaram com medo e tal. Mas eu não, por que já trabalhei com o programa e até gosto”. (Professora 5)

“Foi um convênio com a prefeitura para acelerar os alunos. A diretora falou que era obrigatório”. (Professora 6)

Perguntei às professoras quais eram os melhores livros para trabalhar com os alunos, os que viam antes do Programa ou esses livros que estão disponíveis no Alfa e Beto. Nessas respostas encontrei contradições, por que anteriormente ao perguntar o que elas achavam dos livros que vinham antes do Programa, 50% respondeu que não gostavam. Porém ao indagar sobre os livros do Programa, as mesmas respondem que os outros eram melhores.

“Os outros livros antes do Alfa e Beto eram melhores. Esses livros não trazem a realidade dos alunos”. (Professora 1)

“Os outros. Por que você tinha mais liberdade para trabalhar com seus alunos. Mais os textos do Alfa e Beto são melhores do que os didáticos”. (Professora 3)

“Esses livros do projeto são bons, só que é mais complicado e só responde no livro. É meio enjuadinho. Ainda tem a linguagem que é terrível. As pessoas que nos ensinaram não estavam preparadas”. (Professora 4)

Ao falar sobre o que elas achavam do Programa, das 6 professoras entrevistadas, 4 disseram que gostam do Programa. Apenas dizem que o problema está no aluno, na capacitação delas, ou na falta de interesse do professor.

“Na minha opinião, esse programa é muito bom. Dá trabalho mais dá pra você trabalhar bem com ele. O problema são esses meninos que não tem regras em casa que passam a tarde na rua, vem pra escola sujos, com fome e sem interesse nenhum de aprender”. (Professora 2)

“O programa não é ruim. Mas para o aluno que não teve uma base boa não conhece o alfabeto ai fica difícil”. (Professora 3)

“O programa é bom, mas precisava de pessoas mais capacidades para ensinar e capacitar nós professores”. (Professora 4)

“Eu gosto do programa e trabalho bem com ele apesar de saber que nada deve ser imposto. O material é bom e não é obrigado se prender apenas a ele, não acho que ele seja ruim não tudo tem os dois lados o ruim e o bom. Mais eu pretendo continuar com o programa. Muitos professores não querem o programa por que ele dá trabalho”. (Professora 5)

“Eu não gosto desse programa, me jogaram nesse programa mais eu não tô gostando”. (Professora 6)

Ao falar sobre as avaliações que são feitas por supervisores do Programa, questionei o que elas achavam desse esquema de avaliação, se prejudicaria o desempenho do aluno. As respostas foram divergentes, algumas acham que não impede o aprendizado do aluno, mas 60% dizem que essa situação atrapalha sim, o desenvolvimento das crianças.

“Com certeza quem teria que fazer a avaliação éramos nós professores que estamos no dia a dia do aluno e conhecemos a suas dificuldades”. (Professora 1)

“Eu gosto da avaliação. Acho que tem pessoas preparadas para aplicar a avaliação”. (Professora 3)

“Eu trabalho com meus alunos antes de irem fazer a avaliação e explico o assunto direitinho então não tem por que meus alunos terem medo. Os meus não tem. O papel do professor não é só trabalhar os conteúdos é trabalhar também o aluno na hora da avaliação”. (Professora 5)

“Quem faz a avaliação é a diretora, é só leitura. Tenho alunos que sabem ler e na hora da avaliação não conseguem por que ficam com medo, vergonha. Quem faz a avaliação é a diretora e se o aluno falar naquele momento, bem, se não ele é considerado como não sabe ler”. (Professora 6)

Por fim, perguntei se existiam dificuldades em trabalhar com o Programa e qual era a maior. A maioria das repostas mais uma vez apontaram o aluno como grande culpado.

“Os alunos não querem nada com os estudos e nem respeitam nós professores”. (Professora 1)

“Os alunos não tem respeito e os pais só colocam na escola para receber o bolsa família”. (Professora 2)

“Dedicação dos professores para trabalhar com os alunos. Eu só encontro dificuldade nos alunos que não conseguiu ter uma boa base na alfabetização. No restante eu consigo trabalhar”. (Professora 3)

“Não encontro dificuldades com o programa, pois ele me dá a liberdade de trabalhar de outras maneiras caso o meu aluno sinta dificuldades”. (Professora 5)

“Além de o projeto ser ruim e não ter uma pessoa pra orientar agente os alunos não querem nada e os pais não ajudam e nem adianta perguntar a diretora por que nem ela sabe”. (Professora 6)

Através dessas falas, e percebendo que a maioria das professoras está de acordo com o Programa, e vêem nele a chance de melhoria do ensino da alfabetização, e que essa melhoria só não acontece por que os alunos, os pais e

alguns professores não colaboram, é que podemos identificar que essas professoras têm uma concepção de alfabetização direcionada para os métodos. Que como já discutimos esses métodos são receitas prontas para a alfabetização. Essa concepção pode está incutida nas professoras por que elas talvez ou com certeza fossem alfabetizadas dessa forma através de métodos e com o auxílio de cartilhas, e por isso depositam sua confiança no Programa Alfa e Beto.

Mas quando estudamos sobre alfabetização e lemos autores como Emília Ferreiro, Ana Teberosky, Cagliari e Carvalhos entre outro, passamos a entender e ter outra visão sobre a alfabetização tendo em vista que o processo de alfabetização não deve ser mecânico e nem pautado em métodos específicos. O professor e o aluno precisam de liberdade para modificar seu ensino e sua aprendizagem, de acordo com as necessidades que surgirem no seu dia a dia, sem que haja um controle.

Foi possível identificar que as professoras não trazem uma concepção de Educação do Campo, que trate as pessoas do campo como um sujeito construído historicamente através de lutas, reivindicando seus direitos, mas essas professoras trazem uma concepção sobre o campo e os seus sujeitos. A concepção é que, o trabalho e os livros do Programa são bons e capazes de alfabetizar com êxito, porém não dá certo por conta dos indivíduos (alunos e pais). Dessa maneira, podemos retornar ao que foi dito no primeiro capítulo, sobre o neoliberalismo que aponta o sujeito como o autor principal do seu sucesso ou insucesso na vida. Assim as professoras culpam diretamente os alunos e pais pelo fracasso escolar e não o sistema que impõe esses Programas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando entrevistei as professoras das duas escolas, com o objetivo de entender se as políticas estruturadas por meio de Programas estão de acordo com a realidade dos alunos e professores inseridos no campo, consegui identificar que elas trazem uma concepção de alfabetização totalmente descolada da reflexão de Educação do Campo. Reflexão essa, tão discutida por alguns autores como Miguel Arroyo, e também nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que percebem o sujeito do campo com suas diferenças, lutas, valores, e culturas bastante diferenciadas das pessoas que vivem na cidade. Essa reflexão deveria está presente nas falas das professoras, visto que elas vivem no campo, e no contanto direto com as lutas, a cultura, etc.

Mas o que se percebe é uma idéia ideológica que já está enraizada nessas professoras de modo que elas não conseguem perceber numa visão mais ampla que não está no aluno à culpa do fracasso, são as condições na qual eles estão inseridos que os colocam nesse patamar. De maneira rotineira as professoras tratam os seus alunos como o principal culpado por seu fracasso escolar, e isso é bastante notório em suas falas, quando dizem que eles não querem nada com a educação, são mal educados, não respeitam, os pais não colaboram, e não tem compromisso nenhum com a escola.

O Programa “Alfa e Beto” é bem aceito para 80% das professoras entrevistadas, pois elas acreditam que estão preparadas para trabalharem com ele, que este Programa tem condições necessárias para alfabetizar as crianças, e que os matérias e conteúdos disponíveis são suficientes para que o aluno aprenda e conclua o processo de alfabetização com êxito. Essas professoras não conseguem compreender a diversidade lingüística que cada região apresenta, pois, os alunos falam de maneira diferenciada de acordo com a sua região e a sua cultura. Porém é notório nas falas, que as professoras depositam a culpa do fracasso escolar, no aluno, pois, segundo elas, o aluno não colabora para que esse processo de alfabetização aconteça de maneira positiva.

Assim, é possível dizer que a concepção de alfabetização no sentido da leitura, que essas professoras possuem está inteiramente ligada aos métodos.

Provavelmente, elas também foram alfabetizadas dessa maneira, através dos métodos e das famosas cartilhas, com leituras mecânicas e palavras soltas. Também foi possível observar que as adequações que as diretrizes propõem para a Educação do Campo, não estão presentes no Programa.

Essa realidade precisa ser modificada, por que o sujeito do campo não pode mais ser visto como o outro, ele tem a sua própria identidade, e seus valores. Por isso, a alfabetização precisa ser construída juntamente com eles, valorizando tudo que para eles faz sentido, assim como a prática docente precisa de incentivos para reverter essa situação.

Eu considero alguns elementos importantes para que essa realidade se transforme, um deles são os cursos de formação continuada voltada para o campo, que capacita o professor, que tem o poder de atualizá-lo, para que ele possa compreender melhor o processo de aprendizagem da alfabetização, retirando esse conceito de fracasso escolar causada pelos alunos e pais, entendendo que eles são na verdade vítimas desse sistema neoliberal (aligeiramento do ensino). Além disso, é necessário designar políticas públicas específicas para o campo, na qual possa romper com o processo de discriminação que o campo vem enfrentando e fortalecer a identidade cultural que vem sendo negada a eles. Molina (1999) e outros autores afirmam que “[...] Um dos problemas do campo no Brasil hoje é a ausência de políticas que garantam seu desenvolvimento em formatos adequados à melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali vivem e trabalham” (p.58). Sabemos que as políticas públicas existem, porém não com um olhar para o campo, com a intenção de compreender e atender as suas necessidades, o que existem são políticas compensatórias que como o nome já revela, atua sobre o efeito do problema e não sobre a causa, ou seja, são políticas que servem apenas como um paliativo para determinadas situações. A educação é um direito de todos, desse modo Caldart (2004) afirma que “[...] Como direito não pode ser tratado como serviço nem como política compensatória; muito menos como mercadoria (p.26).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, CALDART, et all. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BRUNO, Lucia. **Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Atlas 1996.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Lingüística**. São Paulo: Editora Scipione. 2006, (p.96-146)

Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Resolução CNB/CEB Nº 1. Abril de 2002.

KOLLING, NERY, et al. **Por uma Educação do Campo 1**. Brasília D.F. Editora Universidade de Brasília. 1999

KOLLING, CALDART et al. **Por uma Educação do Campo 4**. Brasília. 2002

MENESES. **Pedagogia da terra e a Formação de Professores pra a Educação do Campo na UFS e UFRN**. São Cristovão. Abril, 2009.

MOLINA, JESUS et all. **Por uma Educação do Campo 5**. Brasília: D.F 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. Edição resumida por Julian Borchardt. 7ª edição. Rio de Janeiro, 1980.

Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios / coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarisse Aparecida dos Santos. – Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Grupo permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e educação**: Contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. São Paulo: Cortez, 1978.

SPEYER, Anne Marie. **Educação e Campesinato**: Uma educação para o homem do campo. Edições Loyola. São Paulo. 1983

SANTOS, Clarice Aparecida. **Por uma Educação do Campo**: Campo – Políticas Públicas - Educação. Brasília: Incra ; MDA, 2008, 109p.

TORRES, JESUS. **Política Pública de Educação para as séries iniciais**: estudo sobre os programas ALFA e BETO, SE LIGA e ACELERA nas escolas públicas da rede estadual de Sergipe. Aracaju: Síntese, 2008.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/379/6/17951_Cap_3_Capital_%2520Humano_Final.pdf acessado em 04 de Dezembro de 2010. Às 16:00 hrs

WWW.IAB.com.br acessado em 28 de Novembro de 2010. Às 14:30 hrs

ANEXOS

Tabela das entrevistas feita as professoras.

Perguntas	Profª. 1	Profª. 2	Profª. 3	Prof.ª4	Prof.ª 5	Profª.6
Idade	50	38	51	48	29	50
Sexo	F	F	F	F	F	F
Nome da instituição onde trabalha.	Escola de 1º Grau Antonio Pereira Feitosa	Escola de 1º Grau Antonio Pereira Feitosa	Escola de 1º Grau Antonio Pereira Feitosa	Escola de 1º Grau Antonio Pereira Feitosa	Escola Municipal Francisco Manoel de Oliveira	Escola Municipal Francisco Manoel de Oliveira
Onde Reside?	No Pov. Lagoa Redonda	Nossa Senhora da Gloria	Monte Alegre	Pov. Lagoa Redonda	Nossa Senhora da Glória	Pov. Lagoa Redonda
Série em que atua?	2ª série 3º ano	1ª serie 2º ano	1º e 4º ano	1ª serie 2º ano	1ª 2ª e 3ª série	1ª série 2º ano
Tempo de profissão?	32	11	25	30	13	28
Formação?	Magistério (proformação)	Pós- graduada	Pedagogia (Uva)	Magistério (Proformação)	Pedagogia (uva) Cursa Biologia (ufs)	Magistério (proformação)
Sua formação é suficiente para um bom trabalho em sala?	sim	Sim.Mais os alunos não colaboram	Sim.Mais não ver interesse dos alunos	Sim.Depois do proformação me sinto mais preparada.	Sim.Pois sou formada para atuar com alunos	Sim.O aluno aprende seus conhecimentos por meio da professora (mediadora)
O professor do campo precisa de melhores condições de trabalho?	Sim. "Falta material escolar,mais capacitação para nós,salas adequadas e merenda de qualidade".	"Sim.As salas estão em péssimos estados de conservação,quando chove alaga tudo,e quando ta no verão é muito quente.Falta materiais para fazer atividades etc."	Sim. "Deveria se cobrar mais dos professores e dos pais". (Reclama muito da falta de participação dos pais)	Sim. "Acho que nó somos desprezados". Falta bastante material.	"Acho que só a questão da merenda que precisa ser melhorada, pois não vêm todos os dias".	Sim. "Pois não temos todos os materiais suficientes para trabalhar"
O que deve ser modificado para melhorar o ensino do campo?	Mais responsabilidad e	Responsabilidade e respeito dos pais e filhos com a educação	Mais cobrança, mais compromisso por parte dos professores "muitos fazem de qualquer jeito"	Falta mais interesse dos governantes. Falta merenda, equipamentos, projetos. "Na minha sala nem birô tem".	Adaptar disciplinas voltadas para os alunos e os pais. "Atividades para os alunos e pais dos alunos por ser uma área rural falando da realidade deles".	Novos projetos na educação como esportes, aula de computação, biblioteca etc.
A que você atribui como responsável pelo baixo nível de alfabetização dos alunos da sua escola?	"A falta de responsabilidade e dos pais (bolsa família), pois o Estado ajuda falta agora a colaboração dos pais e a ajuda da direção".	"A responsabilidade dos pais,porque muitos deles só querem que os filhos venham por causa do bolsa família.Por o governo da assistência que ele pode o que falta mesmo é a colaboração dos pais e alunos".	"Muita gente tem culpa, pais e professores precisam se unir"	"As condições dos pais e as condições de vida que as crianças levam. Muitas ajudam na roça"	"Não se trabalha a educação inf. como deveria por que muitas vezes o aluno chega na primeira serie sem saber quase nada,essa situação já tem melhorado mas muitos ainda vem desse jeito"	"Depende muito do comportamento do aluno e também pela falta de incentivo dos pais e as vezes algumas profª. Não se preocupam com a aprendizagem dos alunos".
Os materiais disponíveis são	"Não.Os livros pra começar não eram nós quem escolhia	"Nunca nem vi as escolhas. Eu nunca trabalhei com esses livros	"Não, os textos são grandes e estão muito desenvolvidos para eles".	"Agora depois de bater varias vezes na mesma tecla estão começando a	"Sim. Tão adaptados. Por que assim é uma escola rural,do	"Não por que os alunos não estão acostumados a trabalhar neste

qualificados e estão de acordo com a realidade dos alunos?	era um grupinho que fazia a escolha".	sempre trabalhei com livros de escola particular, eu acho que dava mais realidade ao aluno.		mudar a realidade dos materiais". (a partir da 3ª série já existem livros que fala do nosso município)	interior mais também os alunos não podem deixar de ter contato com as outras realidades"	projeto e estão com dificuldades"
Sobre o Alfa e Beto. Como este programa chegou até vocês?	Esse ano de 2010	Esse ano.	"Chegou pelo Município"	"Chegou em 2010. A diretora que pediu o projeto"	"Por imposição. Teve uma certa resistência de alguns professores para se implantar o programa por que ficaram com medo e tal. Mas eu não por que já trabalhei com o programa e ate gosto".	"Foi um convenio com a prefeitura p/ acelerar os alunos. A diretora falou que era obrigado".
Quais os melhores livros para trabalhar: antes ou os do programa?	"Os outros livros antes do alfa e beto eram melhores. Esses livros não trazem a realidade dos alunos".	Eu não trabalhava com os livros de antes por que não via proveito mais esses do projeto se o aluno tivesse interesse de aprender eles aprendiam porque o de português mesmo é ótimo.	"Os outros. Porque você tinha mais liberdade para trabalhar com os alunos. Mais os textos do alfa e beto são melhores do que os didáticos".	"Esses livros do projeto são bons, só que é mais complicado e só responde no livro. É meio enjoadinho. Ainda tem a linguagem que é terrível. As pessoas que nos ensinaram também não estavam preparadas."	"Os do projeto são bons mais os que eram usados antes também eram porque existia uma escolha através de reuniões feita pelos professores e o que fosse mais votado era o adotado".	"Os livros antes tinham mais proveito. Os livros do programa não falam da realidade dos alunos e eu preciso trazer para a realidade deles. Por exemplo quando fala de avião eu vou e digo olhe nós não andamos de avião então vamos trabalhar com o ônibus"
O que vocês acham desse programa?	"Eu não vi graça nesse programa, preferia trabalhar como antes mesmo".	"Na minha opinião esse programa é muito bom. Dá trabalho dá, mais dá pra você trabalhar bem com ele. O problema são esses meninos que não tem regras em casa que passam a tarde na rua vem pra escolas sujos com fome e sem interesse de aprender nenhum.	"O programa não é ruim. Mas para o aluno que não teve uma base boa não conhece o alfabeto ai fica difícil"	"O programa é bom, mas precisava de pessoas mais capacitadas para ensinar e capacitar nós professores"	"Eu gosto do programa e trabalho bem com ele apesar de saber que nada deve ser imposto. O material é bom e não é obrigado se prender apenas a ele, não acho que ele seja ruim não tudo tem os dois lados o ruim e o bom. Mais eu pretendo continuar com o programa. Muitos professores não querem o programa por que ele dá trabalho".	"Eu não gosto do programa me jogaram nesse programa mais eu não to gostando"
O que vocês acham da avaliação?	"Com certeza quem teria que fazer a avaliação éramos nós professores que estamos no dia a dia do aluno e conhecemos a suas dificuldades."	"A prova é a base de interpretação. Na minha opinião eu achava que quem deveria fazer a avaliação éramos nós.	"Eu gosto da avaliação. Acho que tem pessoas preparadas para aplicar a avaliação"	"Eu preferia que fosse eu quem avaliasse"	"Eu trabalho com meus alunos antes de irem fazer a avaliação e explico o assunto direitinho então não tem por que meus alunos terem medo. Os meus não tem. O papel do professor não é só trabalhar os conteúdos é trabalhar também o aluno na hora	"Quem faz a avaliação é a diretora, é só leitura. Tenho alunos que sabem ler e na hora da avaliação não conseguem por que fica com medo, vergonha. Quem faz a avaliação é a diretora e se o aluno dizer naquele momento bem se não ele é considerado como não sabe".

					da avaliação"	
Existe dificuldade s em trabalhar com o Programa? Qual a maior dificuldade ?	"Os alunos não querem nada com os estudos e nem respeitam nós professores"	"Os alunos não têm respeito e os pais só colocam na escola pra receber o bolsa família"	"Dedicação dos professores para trabalhar com os alunos. Eu só encontro dificuldade nos alunos que não conseguiu ter uma boa base na alfabetização. No restante eu consigo trabalhar"	"Os alunos não ajudam e os pais só querem cobrar"	"Não encontro dificuldades com o programa, pois ele me dá a liberdade de trabalhar de outras maneiras caso o meu aluno sinta dificuldades."	"Além de o projeto ser ruim e não ter uma pessoa pra orientar agente os alunos não querem nada e os pais não ajudam e nem adianta perguntar a diretora por que nem ela sabe".

Entrevista estruturada com as diretoras
Universidade Federal de Sergipe
Disciplina: Monografia II
2010.1

Bom dia (Boa Tarde) meu nome é Vilma eu sou estudante regular do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe e estou fazendo uma pesquisa sobre o trabalho docente e o Programa “Alfa e Beto” nas escolas do povoado Lagoa Redonda. Por isso gostaria da sua ajuda para responder algumas questões. Desde já agradeço a colaboração.

1ª – Nome completo da Instituição

2ª – Qual a formação da diretora?

3ª – Quantos professores trabalham com a Educação Fundamental? (1ª à 4ª série)

4ª – Quantos desses professores possuem nível superior? E quantos possuem o magistério?

5ª – Quantos alunos estão matriculados no Ensino Fundamental?

6ª – Quais as séries que o programa Alfa e Beto atende? E quantos alunos estão matriculados neste referido programa?

7ª – Quais os turnos de funcionamento da Instituição? (Manhã – Tarde – Noite)

Manhã:

Tarde:

Noite:

8ª Qual o índice de defasagem idade- série e de evasão? A que você atribui esses índices?

Obrigada !